

**PROCESSO N°** : 2014 4301 0002  
**UNIDADE GESTORA** : 43010  
**EXERCÍCIO FINANCEIRO** : 2013  
**ASSUNTO** : Prestação de Contas Anual  
**TIPO DE AUDITORIA** : Avaliação da Gestão

## RELATÓRIO DE AUDITORIA N° 07 /2014

Consoante às disposições contidas na Instrução Normativa n° 006/2003 do Tribunal de Contas do Estado – TCE-TO, procedemos a análise da Prestação de Contas Anual da Secretaria Estadual da Juventude, nos termos do inciso XII do artigo 3° da Lei n° 2.735/2013 e do Decreto n° 2.595/2005.

2. O processo está composto de todas as peças relacionadas no art. 9° da Instrução Normativa n° 006/2003.

3. Os relatórios e demonstrativos contábeis de natureza orçamentária e financeira são resultantes dos fatos ocorridos e dos atos praticados pelos responsáveis indicados, no período de 1° de janeiro a 31 de dezembro de 2013, e evidenciam os resultados alcançados na gestão dos recursos orçamentários e financeiros alocados na Unidade Orçamentária.

3.1 O Balanço Orçamentário, às fls. 118, apurado a partir do comparativo entre a receita e a despesa executadas no período, demonstra déficit orçamentário de 7,62%, que justifica-se pela existência de saldo de caixa do exercício anterior, no valor de R\$ 3.969.459,89, e restos a pagar inscritos no valor de R\$ 1.915.899,14.

3.2 A realização da despesa, demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos, indica um bom nível de execução das dotações autorizadas pela Lei Orçamentária Anual, com percentual médio de 65,12%, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
Despesas Correntes	13.114.457,64	8.143.110,41	62,09
Despesa de Capital	2.028.991,00	1.719.134,59	84,72
<b>TOTAL</b>	<b>15.143.448,64</b>	<b>9.862.245,00</b>	<b>65,12</b>

FONTE DE RECURSOS	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
000 – Recursos Ordinários	6.806.075,00	6.799.721,49	99,91
104 - Recursos do Tesouro - Emenda Parlamentar	0,00	0,00	0,00
210 - Cota-Parte Inst.Nac.Desenv.do Desporto-INDESP	160.515,00	160.513,80	99,99
211 - Contribuições do Fundo Nac. Desenvol. Educação	458,64	458,64	100,00
225 - Rec. de Convênios com Órgãos Federais	8.176.400,00	2.901.551,10	35,49
<b>TOTAL</b>	<b>15.143.448,64</b>	<b>9.862.245,00</b>	<b>65,12</b>



3.3 A considerável redução das dotações iniciais justificou-se pela cisão das Secretarias do Esporte e Lazer e Secretaria da Juventude. Sendo assim a redução de R\$ 12.481.854,00, refere-se à transferência das ações que foram remanejadas para UG – 65010 pertencente à Secretaria do Esporte e Lazer, que corresponde ao percentual de 45,57%, conforme declarado às fls. 46.

3.4 A receita orçamentária no período, no valor de R\$ 2.620.263,12, somada à receita extra orçamentária no valor de R\$ 11.993.458,67, às transferências financeiras recebidas no valor de R\$ 6.490.104,57 e ao saldo financeiro remanescente, no valor de R\$ 3.969.459,89, foi suficiente para cobrir as despesas orçamentárias, no valor de R\$ 9.862.245,00, extra orçamentárias no valor de R\$ 10.642.909,59, restando saldo de R\$ 4.568.131,66 para o exercício seguinte, conforme se observa no Balanço Financeiro, às fls. 119 a 120.

3.5 O Balanço Patrimonial, às fls. 123, demonstra uma situação positiva dos bens, direitos e obrigações, como se observa a seguir:

3.5.1 O Ativo Financeiro é maior que o Passivo Financeiro em 135,36%, indicando que estão sob controle os gastos e a capacidade de endividamento.

3.5.2 O resultado da comparação do Ativo Permanente, composto pelos bens móveis, imóveis e almoxarifado, com o Passivo Permanente (Dívida Fundada), representado pelo parcelamento junto ao INSS e de obrigações a pagar – folha de pagamento, revela que o valor dos compromissos de longo prazo é insignificante ou de baixo valor, conforme Balanço patrimonial às fls. 123.

3.5.3 O Ativo Real Líquido teve redução de 43,17% em relação ao exercício anterior, devido à desincorporação de bens no período.

3.5.4 Os bens patrimoniais estão registrados pela contabilidade no valor de R\$ 17.385.865,68, sendo que R\$ 14.398.547,79, são bens imóveis a cadastrar, R\$ 2.339.621,79, são de bens móveis e R\$ 648.585,33, de bens em processo de localização, havendo o valor de R\$ 889,23, referente à depreciação acumulada de bens móveis. Houve no exercício valores de incorporações por aquisição no montante de R\$ 8.990,90, transferência de bens móveis no valor R\$ 9.543,12, valorização no valor R\$ 14,31, e incorporação de bens móveis – independente da execução orçamentarias no valor de R\$ 250.000,00, baixa de bens móveis por transferência no valor de R\$ 1.494.736,97, desvalorização no montante de R\$ 32.652,77, sem receita – independente de execução orçamentaria no valor de R\$ 320,00. Havendo divergência conforme nota explicativa às fls. 156 a 161.

3.5.4.1 Os bens móveis de terceiros estão registrados pela contabilidade no valor de R\$ 68.679,40, deste valor R\$ 54.390,80, são de bens móveis e R\$ 14.288,60, são de bens em processo de localização.

3.5.4.2 A conta “Disponível” registra saldo no valor total de R\$ 4.568.131,66, que confere com o balancete, extratos e está conciliada com a bancária, conforme discriminação abaixo:

a) banco movimento R\$ 4.206.144,25:



1 - R\$ 1.191,21 na Conta Única do Tesouro Estadual;

2 - R\$ 4.204.953,04 nas contas bancárias específicas;

b) aplicação financeira – poupança

1 – R\$ 361.987,41 na Poupança – Faixa Econômica Federal

3.6 As contas do passivo circulante totalizam um saldo de R\$ 2.203.688,26, correspondentes às inscrições em consignações, obrigações a pagar - folha de pagamento, obrigações a pagar, outros credores e resto a pagar, não conferindo com o Anexo 17 – Dívida Flutuante, já que no demonstrativo não consta inscrição da conta contábil 212240000 no valor de R\$ 205.538,26.

3.7 O Demonstrativo do Ativo Realizável evidencia um saldo no valor de R\$ 134.706,46, referente a outros valores devedores, justificados pela contabilidade à fl. 160.

3.8 O saldo inicial da conta “exigível a longo prazo” registra dívida fundada no valor de R\$ 117.272,05, referente ao parcelamento com o INSS. No exercício de 2013 foi efetuado pagamento no valor de R\$ 64.171,22, não havendo valores referentes à atualização monetária, permanecendo saldo que passa para o ano seguinte no valor de R\$ 53.100,83, anota-se que os valores informados não conciliam com demonstrativo da dívida fundada – anexo 16, às fls. 124.

4. Os aspectos relativos à legalidade e regularidade dos atos e procedimentos adotados na aplicação dos recursos públicos, foram inicialmente acompanhados pelos agentes do Núcleo Setorial de Controle Interno - NUSCIN, durante o período de 1º de janeiro a 24 de fevereiro do exercício em análise, haja vista que com a publicação da Medida Provisória nº 4/2013, convertida na Lei nº 2.735/2013, os mesmos foram extintos, passando esse acompanhamento a ser efetuado somente pela Controladoria Geral, por meio da utilização das técnicas de controle interno.

4.1 Com a aplicação da técnica de fiscalização de processos foi possível identificar falhas e indicar recomendações conforme disposto no Parecer nº 06/2013, Quarta Coordenadoria de Controle Interno da Controladoria Geral do Estado.

4.2 Com a aplicação da técnica de inspeção nos sistemas administrativos verificou-se necessidade de melhoria nos procedimentos para que se torne mais eficiente, conforme disposto nos Relatórios de Inspeção nºs 03 e 09 da Quarta Coordenadoria de Controle Interno da Controladoria Geral do Estado.

5. Ressalte-se, por oportuno, que não foi informado se o Egrégio Tribunal de Contas do Estado realizou auditoria de regularidade na Secretaria Estadual da Juventude no exercício de 2013.



6. O desempenho institucional das atividades, serviços públicos, programas e ações governamentais, a cargo da Unidade Orçamentária, está demonstrado através do Relatório de Gestão às fls. 37 a 105, exigido pela já citada IN nº 006/03 TCE.

6.1 O Relatório de Gestão de que trata a IN nº 006/03 TCE aponta os níveis de resultados quanto ao alcance dos objetivos estabelecidos para a Secretaria Estadual da Juventude, à eficiência e eficácia dos projetos, atividades e produtos, desenvolvidos com base nas iniciativas, nas metas e nos indicadores estabelecidos na Lei Estadual n.º 2.538/2011(PPA 2012-2015) e revisões, bem como por meio das ações orçamentárias contidas na Lei Estadual n.º 2.678/2012 (Lei Orçamentária Anual - LOA).

6.1.1 O Relatório demonstra que as atribuições do órgão foram desenvolvidas com vistas a contribuir para o alcance dos objetivos definidos no Programa Temático Criança, Adolescente e Juventude, e com suporte nas ações do Programa Gestão e Manutenção da Secretaria da Juventude.

6.1.1.1 Para esses objetivos foram estabelecidas metas qualitativas e quantitativas, cujo desempenho no exercício em análise, evidencia um razoável grau de eficiência alcançado para os objetivos regionalizados e não regionalizados, conforme análises nos demonstrativos, às fls. 55 a 98.

6.1.2 Em relação à avaliação das 10 (dez) iniciativas vinculadas aos objetivos, percebe-se um razoável desempenho, especificado nos relatórios, às fls. 55 a 98.

6.1.2.1 Para a realização dessas iniciativas foram elaboradas 15 (quinze) ações orçamentárias, sendo 11 (onze) de natureza atividade e 04 (quatro) de natureza projeto, cuja execução foi avaliada com base nos índices da gestão física e orçamentário-financeira, explicitando um razoável grau de eficiência, apesar da não realização física de 10 (dez) e financeira de (04) delas, respectivamente.

6.1.3 A execução das ações de gestão, envolvendo um total de 05 (cinco) ações orçamentárias, sendo 04 (quatro) de natureza atividade e 01 (uma) de natureza projeto, demonstram que as mesmas tiveram uma significativa contribuição, uma vez que o montante de recursos autorizados alcançou um percentual de execução superior a 90% no Programa de Gestão e Manutenção da Pasta.

6.1.4 Houve recebimento de recursos federais no exercício na ordem de R\$ 2.131.516,50, conforme demonstrado no Anexo 10, à fl. 109, e houve transferência à Instituições Privadas sem Fins Lucrativos no valor de R\$ 202.824,92, conforme demonstrado no Anexo 2, à fl.108.

7. Com referência à força de trabalho foi informado, como demonstrado às fls. 331 a 333, um quantitativo de 89 servidores ativos, sendo que 06 servidores foram admitidos no exercício de 2013 por meio de concurso e 12 por meio de contrato temporário.

8. Com essas considerações, tendo em vista que não foram evidenciados atos e fatos da Gestão em apreço que pudessem comprometer ou causar prejuízo ao



Erário Estadual, concluímos pela **REGULARIDADE** das contas apresentadas pelo responsável Olyntho Garcia de Oliveira Neto, e outros relacionados neste processo fl. 07.

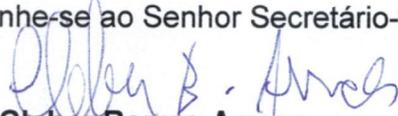
**QUARTA COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO**, aos 17 dias do mês de fevereiro de 2014.

  
**Maria das Graças Lima Piris**  
Supervisora de Controle Interno

  
**Deroci Putêncio Sousa**  
Supervisor de Controle Interno

  
**Whilker Santana Wanderley**  
Coordenador de Controle Interno

De acordo. Encaminhe-se ao Senhor Secretário-Chefe.

  
**Cleber Barros Arraes**  
Diretor do Controle Interno